

CONTABILIDADE AMBIENTAL: CRÍTICAS AOS CUSTOS AMBIENTAIS NA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS EMPRESAS: UM EMBASAMENTO TEÓRICO

Rodrigues, Lindomar¹

Fonseca, Rogério Delise²

Marques, Jaqueline da Silva³

RESUMO

Os custos ambientais cada vez mais vem atraindo atenção dos empresários e contadores, pois são gastos das empresas que praticam atividade econômica que afetam o meio ambiente, tais custos, muitas vezes são negligenciados pelas empresas e não entram no processo de formação do preço da mercadoria. As organizações ainda não englobam no preço de venda das mercadorias produzidas os custos ambientais, que tais provocaram ao meio ambiente no seu processo de fabricação, deixando assim a empresa a fazer um falso preço da mercadoria e como consequência tomar prejuízo. Por ser uma área nova de especialização da contabilidade, a contabilidade ambiental rende muitas críticas para suas formas e definições de custos ambientais para as empresas. Esses custos muitas das vezes podem estar ocultos em etapas do processo produtivo e nem sempre são facilmente identificáveis. Com uma maior atenção ao meio ambiente, as empresas estão ainda em processo de adaptação às suas responsabilidades nesse novo ramo, por isso a maioria não engloba na formação do preço de venda das mercadorias os seus gastos e custos com o meio ambiente. Sendo assim o objetivo desse trabalho é esclarecer para todos o que são custos ambientais e abordar uma análise crítica sobre contabilidade ambiental e principalmente dos custos ambientais.

Palavras-chave: Contabilidade, Meio Ambiente, Custos Ambientais, Críticas.

ABSTRACT

Environmental costs are increasingly attracting attention of businessmen and accountants, since they are spent by companies that engage in economic activity that affect the environment, such costs are often neglected by companies and do not enter into the process of price formation of the commodity. The organizations still do not include in the sale price of the produced goods the environmental costs, which have caused the environment in its manufacturing process, thus leaving the company to make a false price of the merchandise and as a consequence to take losses. Because accounting is a new area of expertise, environmental accounting yields much

¹ Graduando em Ciências Contábeis Ajes – Juína – MT. Rua Francisco Beltrão, 631 – modulo 05 Juína – MT; Lindomar.96@hotmail.com

² Graduando em Ciências Contábeis Ajes – Juína – MT. Rua Francisco Beltrão, 146 – modulo 05 Juína – MT; rogeriodelise2009@hotmail.com

³ Professora orientadora Pós-graduada em Auditoria e Perícia Contábil ajes – Juína – MT; m.jaqueline988@gmail.com

criticism for its forms and definitions of environmental costs for businesses. These costs can often be hidden in stages of the production process and are not always readily identifiable. With greater attention to the environment, companies are still in the process of adapting their responsibilities in this new branch, so the majority does not include the formation of the selling price of the goods, their expenses and costs with the environment. Therefore, the objective of this work is to clarify for all what environmental costs are and to address a critical analysis about environmental accounting and especially environmental costs.

Keywords: Accounting, Environment, Environmental Costs, Criticism.

1. INTRODUÇÃO

Conforme Silva (2009), o foco principal da contabilidade é o estudo, registro e o controle do patrimônio, com a simples finalidade de fornecer todos os dados possíveis sobre a situação financeira da empresa à administração da entidade. Mas, a contabilidade tradicional não estava preparada para registrar, adequadamente, os dados gerados pelos efeitos financeiros incorridos em ações que promovem a preservação do meio ambiente. Assim, a partir da obrigatoriedade imposta pela política nacional do meio ambiente, com a Lei 6.938/81, que ditou os princípios que as empresas devem seguir em relação ao meio ambiente, foi desenvolvida uma nova especialização na Contabilidade, para acompanhar as mudanças ocasionadas pela legislação, no que condiz à preservação do meio ambiente, a Contabilidade Ambiental.

Pode-se entender que a Contabilidade Ambiental é o destaque dado pela ciência aos registros das indústrias, empresas e organizações referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente.

De acordo com Ribeiro (2005), os objetivos da Contabilidade Ambiental se consubstanciam em identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Bergamini Júnior (2007) assegura que a contabilidade ambiental, é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de uma organização. Com o patrimônio ambiental tornar-se admissível fazer previsões quanto ao comportamento futuro da mesma, levando-se em conta os efeitos causados ao meio ambiente pela entidade.

Os custos ambientais são todos os gastos ambientais que foram empregados, claramente, no processo produtivo das indústrias. Os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa. E os gastos de preservação e recuperação ambiental também estão associados com a atividade produtiva da empresa e devem ser classificados como custos.

Identificar os custos ambientais é um grande desafio para os profissionais que atuam na Contabilidade Ambiental, pois eles ainda não estão bem definidos, para todas as atividades empresariais. Por isso, é comum encontrar empresários e contadores que se sentem confusos, quando precisam identificar quais são os custos ambientais gerados pelas atividades de sua empresa

Segundo a ONU (2001), o principal problema com a contabilidade da gestão ambiental é a falta de definição normalizada de custos ambientais. Numa perspectiva macroeconômica, o preço das matérias-primas escassas, da poluição e da deposição, não reflete o seu verdadeiro valor e os seus custos para a sociedade. Os riscos para a saúde, a

recuperação dos locais contaminados, são custos ambientais usualmente não suportados pelo poluidor, mas pela sociedade.

Recentemente os custos das organizações em proteção ambiental, incluindo a redução de poluição e de resíduos, a monitorização da avaliação ambiental, os impostos e seguros, têm somado rapidamente com a crescente e mais exigente regulamentação ambiental, decorrente da vigília crescente da sociedade. (TINOCO E KRAEMER, 2008, p.172)

Para que as empresas exerçam a política nacional do meio ambiente, foram constituídos, no art. 2 da Lei 6.938/81 da Constituição Federal, dez princípios. Mas, dentre eles podem-se destacar quatro princípios que são indispensáveis para que as empresas ajam de acordo com a lei, são eles:

- Princípio da Precaução: segundo consta na constituição o governo tem total arbítrio de agir na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando que o meio ambiente é de uso da sociedade, ou seja, passa a ser um patrimônio público e deve ser protegido.
- Princípio do Desenvolvimento Sustentável: nada mais é do que o sonho das organizações cumprirem com suas responsabilidades ambientais diante do governo e da sociedade.

Como consta na Constituição da República Federativa do Brasil, Art.225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- Princípio do Poluidor Pagador: as empresas serão responsáveis por arcar financeiramente com os custos externos ligados aos estragos ambientais por elas mesmas provocados.
- Princípio da Informação: um dos princípios que mais incômoda as empresas de forma geral, por que segundo a Constituição Federal, as organizações devem noticiar as informações ambientais das mesmas, sejam aspectos positivos ou negativos, isso ocorre como maneira de informar a sociedade como cada empresa está se comportando em relação ao meio ambiente.

Os princípios ambientais deixam claro como as empresas precisam se comportar diante do meio ambiente e se não for seguido arrisca ser punida severamente, pois a lei tratará disso. Mas, são de certa forma os custos ambientais uns dos maiores problemas com a contabilidade ambiental, por falta de definição normalizada de alguns deles na lei.

Essa subjetividade dos custos ambientais mostra o objetivo desse trabalho que é mostrar para todos o que são custos ambientais e abordar uma análise crítica sobre a contabilidade ambiental, focando maior crítica aos custos.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura do tipo descritiva, que foi desenvolvido a partir de material já elaborado, constituídos de quatro obras literárias, que foram publicadas no período de 2008 a 2014. As buscas das obras literárias foram feitas na biblioteca da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, de Juína

– MT. Os critérios de seleção foram os livros que estavam na íntegra, condizendo com que o tema abordaria e que foram publicados nos últimos 6 anos.

E o principal requisito de escolha de tais obras literárias foi a abordagem de pontos negativos e positivos da contabilidade ambiental, dessa forma gerando uma análise crítica do assunto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados seis livros referentes ao tema proposto, sendo que dois foram descartados por não passarem informações claras e quatro livros selecionados por estarem de acordo com o tema.

Segundo Azevedo, Gianluppi e Malafaia (2007), os custos de qualidade ambiental são decorrentes da criação, detecção, correção e prevenção da degradação ambiental.

Conforme Hansen e Mowen (2003) os custos de qualidade ambiental podem ser divididos em quatro categorias, são elas:

- Custos de Prevenção Ambiental: engloba todos os gastos que as organizações têm com a prevenção de restos e resíduos que são jogados no meio ambiente, ou seja, os treinamentos que os funcionários recebem para não jogar restos poluentes no meio ambiente, considera custo ambiental;
- Custos de Detecção Ambiental: são todos os gastos das corporações para analisar se os processos industriais e as mercadorias estão de acordo com as leis, a ISO 14001, entre outras. Um exemplo claro são os gastos com a verificação de emissores de poluentes, como as chaminés de fábrica;
- Custos de falhas ambientais externos: são custos provocados pela própria empresa, ao realizar o despejamento de resíduos ao meio ambiente, onde por exemplo pode provocar danos a propriedades de outros;
- Custos de falhas ambientais internas: são os custos mais fáceis de serem identificados, por que são os custos que a empresa tem com o tratamento e o descarte correto dos resíduos, para evitar poluição;
- Os custos ambientais, de forma mais ampla, são classificados em diretos e indiretos. Os custos diretos são todos os gastos imputados a um produto, por algum tipo de contaminação que tal produto provoca ao meio ambiente. Os custos indiretos são os gastos com campanha de prevenção e treinamento de funcionários, a manutenção dos registros conforme a lei e outros.

As empresas precisam assumir a reponsabilidade de disponibilizar informações à sociedade a respeito dos valores econômicos e sociais dos seus custos ambientais, mas isso nem sempre acontece, e pior muitas empresas nem se quer fazem a apuração de seus custo ambientais.

Pode-se perceber que os custos ambientais ainda são tratados por muitas empresas como externalidades, consideram que a sociedade é a única que deve pagar tais custos, por não apresentarem uma forma específica para identificar e mensurar esses custos da forma correta.

Para Monteiro (2003), a identificação e a aquisição dos custos ambientais tornam-se fundamentais para explicitar a causa e o efeito do problema, ou seja, conhecer e saber distinguir os agentes geradores dos impactos socioambientais e os efeitos que ocasionaram os custos referentes a essas externalidades ou envolvidos na preservação ambiental. Por isso os custos ambientais deverão ser incorporados aos custos dos produtos com a finalidade de determinar o

valor real do produto.

Na TAB. 1 pode-se observar exemplos de custos ambientais, a área que tais custos provocaram danos, formas de prevenção e como buscar informações sobre estes em empresas com atividade econômica distintas.

Para a EPA (2002), o entendimento dos custos ambientais e do desempenho do processo produtivo vai ajudar a identificar os custos e assim calcular com mais exatidão os preços de venda das mercadorias. Além disso, poderá ajudar as empresas a projetar processos, produtos e serviços mais sustentáveis ambientalmente.

Para Campos (1999), custo é um termo, ainda hoje, de difícil conceituação, pois a literatura não apresenta uma definição clara e objetiva do que se considera como custos ambientais.

Seguindo nessa linha de visão de que os custos ambientais estão muito confusos e de difícil identificação, pode-se dizer que depende das empresas a forma de classificar os seus custos ambientais, ou seja, as organizações precisam realizar muitas pesquisas em seu processo produtivo, em seu espaço e principalmente na emissão de influentes e resíduos ao meio ambiente, para definir quais são seus custos ambientais.

Tabela 1-Custos Ambientais- danos e forma de buscar informações		
ÁREA QUE PROVOCOU DANOS OU CUSTOS COM PRECAUÇÃO	FORMAS DE BUSCA DE INFORMAÇÕES	CUSTOS AMBIENTAIS
Danos à saúde	Buscar informações sobre os tipos de problemas de saúde ocasionados no trabalho ou a população	Com consulta, exame médico e medicamentos. Invalidez e indenizações conforme a gravidade do caso
Danos em animais	Realizar busca de danos causados pela poluição aos animais silvestre e de criação	Multas, indenizações e até mesmo custos com a recuperação da saúde dos animais
Danos a agricultura	Procurar informações sobre perdas e danos causados as culturas agrícolas	Custos com perda de qualidade e de mercado. Custos com multas
Danos florestais	Achar informações sobre perdas e danos causados à florestas e reservas naturais.	Custos com manutenção, replantio, erosão do solo, multas e indenizações.
Danos a rios, lagos e reservas submersas de água doce	Buscar dados desde a captação, tratamento e distribuição de águas	Custo com a captação e tratamento da água.
Prevenção com o uso de tecnologias limpas	Caçar dados sobre o uso de tecnologias limpas agregadas no processo produtivo	Custos de instalação, operação e manutenção.
Treinamentos com os funcionários	Buscar dados sobre tipos de treinamentos voltados para educação ambiental	Custos com cursos teóricos e práticos de treinamento, assistências e auditorias
Correção com tratamentos de influentes	Buscar informações no processo produtivo com o intuito de diminuir influentes lançados ao meio ambiente	Custos com o equipamento, operação e manutenção de tal para o tratamento de influentes.

Fonte: Adaptada de Silva, 2009

CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental é uma nova especialização da Contabilidade Tradicional, que surgiu com a necessidade das empresas incluírem em seu balanço financeiro todos os gastos que surgiram decorrentes da implementação de operações que se utilizadas podem preservar o meio ambiente. Justamente por ser muito recente, essa área da contabilidade possui muitos pontos ocultos, um deles é a dificuldade de identificação dos custos ambientais, que nem

todos são normalizados.

A atenção da sociedade está voltada para o meio ambiente, esse fato pressiona as empresas a desenvolver suas atividades empresariais sem causar danos, estragos e perdas ao meio ambiente. A melhor administração dos custos ambientais trazem benefícios à saúde financeira das empresas.

Para que as empresas cubram os seus gastos ambientais é necessário que depois de identificados e apurados os mesmos sejam somados aos outros custos de produção, participando assim da formação do preço de venda das mercadorias. Mas, por serem custos de difícil identificação, a maioria das empresas evita fazer a sua apuração, o que pode provocar uma diminuição no seu lucro.

Portanto, para que se tenha uma interação das empresas com o meio ambiente deve-se haver uma contabilização dos custos ambientais para evitar prejuízos maiores. Mais deve-se deixar bem claro que a responsabilidade com o meio ambiente não é só das empresas e do governo, a sociedade também possui sua parcela de responsabilidade com a natureza.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Denise B. de; GIANLUPPI, Luciana Dal Forno; MALAFAIA, Guilherme C. **Os custos ambientais como fator de diferenciação para as empresas.** *Perspectiva Econômica*; V. 3, n, 1: 82–95, jan./jun. 2007 ISSN 1808- 575X.
- BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Contabilidade do risco ambiental.** Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1105.pdf. Acesso em: 04 out. 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CAMPOS, Lucila M. de S. **O processo de gestão dos custos da qualidade ambiental.** *Revista Brasileira de Custos.* São Leopoldo, v. 1, n. 1, maio/ago. 1999.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental – teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2007.
- EPA. Environmental Protection Agency. Disponível em: www.epa.gov. acesso em: 12 nov. 2002.
- HANSEN, P. E MOWEN, M.M. **Gestão de custos: contabilidade e controle.** São Paulo: Pioneira, 2003.
- MONTEIRO, A.G. **Metodologia de avaliação de custos ambientais provocados por vazamento de óleo: o estudo de caso do complexo REDUC- DTSE.** Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado em Planejamento Energético e Ambiental. Programa de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- ONU (Organização das Nações Unidas). **Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.** Contabilidade da gestão ambiental – procedimentos e princípios. Nova York, 2001.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.
- SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Modelo de implantação de sistemas de gestão ambiental (SGA-ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001): vantagens a implantação integrada – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.**
- SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade ambiental.** Curitiba: Juruá, 2009.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2008).